



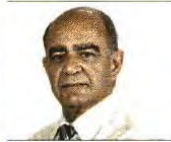
Sindicatos acionista de bancos? Não, obrigado

Passados todos estes anos de crise e de acertos no sistema financeiro português, muito há ainda por fazer, parecendo até, em muitos casos, que nada foi feito e que voltamos sempre ao princípio: reduzir postos de trabalho, reduzir postos de trabalho...

Se essa é a receita, porque persiste a doença? A célebre alteração do modelo de negócio com a digitalização é exatamente o quê? De acordo com as notícias vindas a público, a percentagem de clientes "digitais" mantém-se há muito nos 34%, exigindo que se faça uma reflexão muito mais aprofundada sobre o trabalho na banca e a relação desta com os seus clientes.

Seja por que via for, a atividade bancária e o seu sucesso radica sempre na confiança gerada entre pessoas que se sentam dos dois lados da mesa, e não é crível que um computador qualquer, por mais eficiente que seja, consiga substituir o poder de escolha e decisão de cada um de nós.

O nível de exigência da prestação dos bancários aumenta todos os dias, seja pela concorrência ou pela quantidade e complexidade das regras, por



RUI RISO
PRESIDENTE
DO SINDICATO
DOS BANCÁRIOS
DO SUL E ILHAS

vezes de aplicabilidade duvidosa. Neste particular, os bancários trabalham quase sem rede e sob pressão de objetivos muitas vezes inalcançáveis.

Há que clarificar até onde se pode e deve ir, de forma a evitar cometer-se de novo os erros, de há não muito tempo, que lesaram cidadãos menos avisados ou mesmo completamente desconhecidos do que poderia acontecer às suas poupanças. Entre estes cidadãos também há bancários que investiram as suas poupanças e as de familiares.

Uns e outros têm de ser protegidos. O que se passou não pode voltar a acontecer, nem se pode esperar que o célebre mercado se regule naturalmente. Foi, aliás, nessa espera que o mundo financeiro se concentrou no antes e no pós-crise de 2008, e o resultado está à vista.

Mas voltemos à reorganização do sistema financeiro, assunto que vai continuar a merecer muito da nossa atenção. De acordo com regras europeias impostas pela DGCom cuja correspondência, se existe, é tida como o segredo mais bem guardado em Portugal, cada banco que foi "ajudado" directa ou indirectamente pelo Estado

tem obrigatoriamente de reduzir a sua dimensão quer em número de balcões quer em número de trabalhadores, em toda ou quase toda a banca em Portugal, incluindo no banco público, de acordo com o anúncio recente.

Esta tem sido a justificação para as sucessivas reestruturações da banca europeia e é ao abrigo deste guarda-chuva que se vão sucedendo a perda de postos de trabalho e o aumento da dificuldade de acesso aos serviços bancários mais elementares por parte de muitos cidadãos.

É verdade que filosoficamente o princípio merecerá aprovação porque a DGCom defende que a redução de uns intervenientes permitiria o aparecimento de novos operadores, só que o resultado tem sido uma acentuada redução do número de bancos fazen-

do prever uma enorme dependência do negócio de um número muito restrito de operadores com a consequente diminuição dos benefícios de uma concorrência diversificada.

É público que está a ser preparada legislação sobre esta matéria, que integrará normas europeias, e os bancários estão a dar o contributo, assumindo o seu papel e confinando a sua ação aos compromissos assumidos.

De forma transparente, com contas certificadas e auditadas reveladoras de que os recursos que nos são confiados são aplicados de acordo com o nosso objeto – e nem mais nem menos que isso. Sem registo de mais-valias em ações ou papel comercial, mas também sem registos de menos-valias.

Como se diz agora, essa não é a dimensão dos bancários, como não é abrir portas de eminentes conflitos de interesses, porque nem sempre os dos trabalhadores são os mesmos dos detentores de capital.

Sindicatos acionista de bancos? Não, obrigado.

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico

Os bancários
trabalham quase
sem rede e sob pressão
de objetivos muitas
vezes inalcançáveis